

## INTERDISCIPLINARIDADE E PROJETO DE VIDA NO NOVO ENSINO MÉDIO: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DE ESCOLAS PÚBLICAS

### INTERDISCIPLINARITY AND LIFE PROJECT IN THE NEW HIGH SCHOOL: PERCEPTIONS OF PUBLIC SCHOOL TEACHERS

**Resumo:** A reforma do Novo Ensino Médio, instituída pela Lei nº 13.415/2017, tem suscitado intensos debates, sobretudo por ter sido implementada sem ampla participação dos principais sujeitos envolvidos. Ancorada em uma perspectiva neoliberal, a reorganização curricular reforça a aproximação entre escola e mercado de trabalho, orientando a formação dos estudantes às demandas econômicas contemporâneas. Entre as principais mudanças estão a ampliação da carga horária, a criação dos itinerários formativos e a inserção do componente Projeto de Vida, entendido como espaço formativo voltado ao desenvolvimento pessoal, social e profissional dos estudantes. Concebido sob uma perspectiva interdisciplinar, o Projeto de Vida propõe a articulação de diferentes saberes, ultrapassando os limites das disciplinas tradicionais. Diante desse contexto, o estudo analisa as percepções de docentes de duas escolas públicas de Caraúbas/RN acerca da relação entre Projeto de Vida e interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio. Fundamenta-se teoricamente em autores que discutem interdisciplinaridade, como Mozena e Ostermann (2017), Yared (2008) e Trindade (2008), e em estudos sobre a reforma do ensino médio e o Projeto de Vida, como Bernardes e Voigt (2022), Oliveira (2020) e Moura e Filho (2017), além de documentos oficiais como a BNCC (2018) e as Diretrizes Curriculares Nacionais (2013). A pesquisa, de caráter qualitativo e abordagem descritiva, baseia-se em estudo de campo com entrevistas realizadas com quatro professores. Os resultados revelam percepções polarizadas, evidenciando tanto possíveis contribuições formativas quanto críticas ao viés neoliberal da reforma, além de apontarem para a existência de articulações interdisciplinares no desenvolvimento do Projeto de Vida.

Renan Antônio da Silva<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Universidade Federal de São Carlos - UFScar.

**Palavras-chave:** Novo Ensino Médio. Interdisciplinaridade. Projeto de Vida. Neoliberalismo. Docente.

**Abstract:** The reform of the New Secondary Education, established by Law No. 13,415/2017, has sparked intense debate, especially because it was implemented without broad participation of the main stakeholders involved. Grounded in a neoliberal perspective, the curricular reorganization strengthens the relationship between school and the labor market, directing students' education toward contemporary economic demands. Among the main changes are the extension of school hours, the creation of formative pathways, and the inclusion of the Life Project component, understood as an educational space aimed at students' personal, social, and professional development. Conceived from an interdisciplinary perspective, the Life Project proposes the articulation of different fields of knowledge, going beyond the limits of traditional disciplines. In this context, the study analyzes the perceptions of teachers from two public schools in Caraúbas/RN regarding the relationship between the Life Project and interdisciplinarity in the New Secondary Education. The theoretical framework is based on authors who discuss interdisciplinarity, such as Mozena and Ostermann (2017), Yared (2008), and Trindade (2008), as well as studies on the secondary education reform and the Life Project, including Bernardes and Voigt (2022), Oliveira (2020), and Moura and Filho (2017), in addition to official documents such

as the National Common Curricular Base – BNCC (2018) and the National Curriculum Guidelines (2013). The research adopts a qualitative and descriptive approach, based on a field study with interviews conducted with four teachers. The results reveal polarized perceptions, highlighting both potential educational contributions and criticisms regarding the neoliberal bias of the reform, as well as pointing to the existence of interdisciplinary articulations in the development of the Life Project.

**Keywords:** New Secondary Education. Interdisciplinarity. Life Project. Neoliberalism. Teacher.

## INTRODUÇÃO

As mudanças no Ensino Médio brasileiro não são recentes e remontam às propostas da década de 1990, que já defendiam a articulação entre formação geral e educação profissional, com foco na preparação para o mercado de trabalho. Contudo, a atual reforma foi instituída de forma acelerada após o impeachment da presidente Dilma Rousseff, por meio da Medida Provisória nº 746 e da Lei nº 13.415/2017, sendo alvo de críticas quanto ao seu caráter antidemocrático e ao alinhamento a interesses político-ideológicos e economicistas. Entre as principais alterações estão a ampliação da carga horária, a organização do currículo em itinerários formativos e a centralidade atribuída ao componente Projeto de Vida.

Alinhado à BNCC, o Projeto de Vida é apresentado como eixo voltado à formação integral do estudante, contemplando dimensões físicas, cognitivas e socioemocionais, além de propor uma abordagem interdisciplinar que rompe com o modelo tradicional e fragmentado de ensino.

Diante desse contexto, o estudo objetiva analisar as percepções de docentes de duas escolas públicas de Caraúbas/RN acerca da relação entre Projeto de Vida e interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio.

A pesquisa é de natureza qualitativa, com caráter descritivo, realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com quatro professores que atuam no componente curricular, em escolas das zonas urbana e rural do município. Considerando a escassez de investigações que articulam interdisciplinaridade e Projeto de Vida a partir da perspectiva docente, o estudo busca contribuir para o aprofundamento do debate no campo educacional. Por fim, o artigo apresenta fundamentação teórica, percurso metodológico, análise dos resultados e considerações finais.

## NOTAS SOBRE O NOVO ENSINO MÉDIO

Os debates sobre a reforma do Ensino Médio não são recentes e, nas últimas décadas, essa etapa tem sido alvo de diversas mudanças. No governo de Fernando Henrique

Cardoso, em 1997, o Decreto nº 2.208 regulamentou a articulação entre Ensino Médio e Educação Profissional, propondo a integração entre formação geral e preparação para o mercado de trabalho, em consonância com transformações tecnológicas, científicas e sociais.

Posteriormente, após o afastamento da presidente Dilma Rousseff, o governo Michel Temer instituiu a Medida Provisória nº 746/2016, que promoveu a reestruturação do chamado Novo Ensino Médio. Entre as principais mudanças estão a ampliação da carga horária, a organização do currículo em cinco itinerários formativos, a centralidade da BNCC, a obrigatoriedade de Língua Portuguesa e Matemática ao longo de todo o ciclo, além da possibilidade de contratação de profissionais de notório saber e graduados com complementação pedagógica. A proposta também foi marcada por críticas, especialmente quanto à retirada de disciplinas obrigatórias, à flexibilização da formação docente e à ausência de debates sobre o ensino noturno.

A reforma passou a ser compreendida por parte da crítica acadêmica como um desmonte da educação pública, deslocando seu sentido formativo para uma lógica alinhada aos interesses do capital nacional e internacional (Oliveira, 2020). Ademais, questiona-se o modo como a proposta foi consolidada, que, conforme aponta Silva (2018, p. 21), apesar de se apresentar como

democrática, suscita problematizações quanto à sua efetiva participação social.

a forma como ele foi aligeiramente anunciado e aprovado, olvida os direitos constitucionais do Estado de Direito Democrático, ao limitar o espaço de debate e restringir a ação participativa na disputa de uma nova reforma (diante de tantas reformas em andamento), sendo classificado por estudiosos, especialistas e entidades educacionais de ser um projeto de caráter autoritário, antidemocrático e unilateral.

Nesse sentido, os órgãos governamentais que definem os aspectos educacionais têm optado, seja em maior ou menor grau, por uma educação de viés neoliberalista, pois:

Tanto a lógica economicista de valorizar a formação escolar na perspectiva de formar sujeitos produtivos, sujeitos econômicos, quanto o atrelamento da agenda educacional aos princípios da competitividade são claras expressões da subsunção da política educacional aos ditames da hegemonia neoliberal (Oliveira, 2020, p.8).

Para Moura e Filho (2017), submeter a educação à lógica competitiva evidencia o enfraquecimento do papel do Estado na garantia dos direitos sociais. Em um país marcado por profundas desigualdades, “[...] a minimização do Estado é a pura expressão de um modelo de desenvolvimento para o qual a desigualdade é algo ‘natural’ e estruturadora da acumulação do capital” (Oliveira, 2020, p. 8). Nesse contexto, a reforma também é

compreendida como parte de um processo de privatização do patrimônio público, tendo em vista a forte influência de setores empresariais na definição do modelo educacional e na comercialização de produtos educativos, com destaque para a atuação do Movimento Todos pela Educação.

Além disso, em um cenário de fragilidade social, os defensores da reforma utilizaram discursos midiáticos que apresentavam a flexibilização curricular como solução para a crise, difundindo a ideia de que a escolha dos conteúdos pelos estudantes estaria alinhada a seus projetos de vida. Contudo, “[...] esta retórica obscurece o fato do próprio conteúdo da reforma ser a pura expressão de novas formas de manutenção das desigualdades que persistem e se renovam na sociedade brasileira” (Oliveira, 2020, p. 9). Assim, conforme Motta e Frigotto (2017, p. 367-368), a reforma pode ser compreendida como regressiva sob diferentes aspectos.

retroage à Reforma Capanema no contexto da ditadura Vargas, onde o ensino secundário industrial, comercial e agrícola não tinha equivalência para o ingresso no Ensino Superior [...]; retroage à Lei nº 5.692/1971, reforma da educação dos tempos da ditadura empresarial militar com uma profissionalização precária frente às realidades dos estados. Não será questão de “livre escolha”, como propalam os reformadores, mas compulsória, pois será o caminho de cumprir com a carga horária obrigatória [...]; [...] Retoma, de forma pior, o Decreto nº 2.208/1996, que já aprofundava a dualidade

estrutural entre educação profissional e educação básica [...].

Estamos discutindo, pois, a respeito de uma política educacional regulatória que objetiva intervir em processos formativos, visto que se relaciona ao projeto de poder que a fundamenta (Silveira *et al.*, 2018). Dado o exposto, considerando os educandos como principais ‘afetados’ pelas reformulações e com base em um discurso que intenta convencer de que as mudanças têm como pressuposto a preparação do jovem nos mais diversos aspectos, é que se insere o projeto de vida. Na Lei nº 13.415/17, artigo 3º § 7, consta que “os currículos do Ensino Médio deverão considerar a formação integral do aluno, de maneira a adotar um trabalho voltado para a construção de seu projeto de vida e para sua formação nos aspectos físicos, cognitivos e socioemocionais”. Há, portanto, um forte apelo ao trabalho com o projeto de vida como mecanismo para que o aluno se torne autônomo e protagonista de seu futuro.

## **PROJETO DE VIDA NO CONTEXTO DO ENSINO MÉDIO**

Entendemos que essa noção de projeto de vida e protagonismo delegam ao sujeito a responsabilização sobre suas escolhas, bem como a consciência de lidar com suas falhas e fracassos. Esse encaminhamento, em consonância com Garcia, Czernisz e Pio

(2022), combina com o cenário neoliberal, no sentido de que desresponsabiliza o Estado pela falta de postos de trabalho, ausência de políticas públicas e negligência frente ao enfrentamento de problemas sociais. Nesse sentido, o Estado fornece o conhecimento necessário, e o resto fica por conta do indivíduo, de seu mérito de seu empreendedorismo, de sua disposição individual” (Oliveira, 2020, p. 5). Corroborando com esse posicionamento, consolidada nesse momento de reformulações, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) delinea competências essenciais a serem desenvolvidas ao longo da trajetória escolar. Na sexta competência a base sugere que é papel da escola instigar o aluno a

Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade (Brasil, 2018, p.9).

Desse modo, uma das funções primordiais dos espaços escolares é propiciar ao aluno conhecimentos e experiências que lhe deem suporte para tomar decisões conscientes, responsáveis e autônomas a respeito de sua trajetória de vida pessoal, ultrapassando os limites da escola. O Projeto de Vida se estabelece, portanto, como uma

forma de autoconhecimento, de modo que os jovens tenham a possibilidade de perceber suas fragilidades, potencialidades, além de considerar sua história de vida para que tracem o percurso que irão percorrer após o fim do ciclo escolar. Assim, os currículos devem ser formulados contemplando o aluno em sua integralidade, considerando os aspectos físicos, sociais e cognitivos, além de atentar para a relação escola-práticas sociais.

Ademais, o estatuto da juventude prevê que

O projeto político-pedagógico das unidades escolares que ofertam o Ensino Médio deve considerar entre outras atribuições a de: (...) XXI – participação social e protagonismo dos estudantes, como agentes de transformação de suas unidades escolares e de suas comunidades (Brasil, 2013, p. 179).

A proposta sugere, pois, um senso de pertencimento do aluno à escola, a fim de que ele veja sentido no que está sendo construído, ao se enxergar como parte essencial no processo de ensino-aprendizagem. O projeto de vida os coloca como seres inconclusos que devem pensar sobre seus desejos, aspirações, fazendo com que o trabalho com o componente curricular potencialize a identificação desse sujeito com o mundo do qual faz parte. Dessa forma, intenta oportunizar aos educandos “situações de aprendizagem e experiência que reflitam seus interesses e lhes permitam fortalecer a autonomia e desenvolver protagonismo e

responsabilidade sobre suas escolhas futuras” (Bernardes; Voigt, 2022, p.2).

Nesse sentido, o projeto articula-se como uma estratégia pedagógica “cujo objetivo é promover o autoconhecimento do estudante e sua dimensão cidadã, de modo a orientar o planejamento da carreira profissional almejada, a partir de seus interesses, talentos, desejos e potencialidades” (BRASIL, 2018). Para além disso, o componente curricular pode ser ministrado, ainda, pelos diversos professores, independente da área de formação, pois busca trabalhar com temas transversais que perpassam todas as áreas de conhecimento. Conforme a BNCC, objetiva-se a

Superação da fragmentação radicalmente disciplinar do conhecimento, o estímulo à sua aplicação na vida real [sic], importância do contexto para dar sentido ao que se aprende e o protagonismo do estudante em sua aprendizagem e na construção de seu projeto de vida (Brasil, 2018, p. 15).

Ao superar a fragmentação disciplinar, o componente se propõe interdisciplinar, objetivando, assim, tratar o conhecimento sem as barreiras disciplinares que lhes são impostas. Não obstante, tais concepções nos levam a questionar até que ponto a interdisciplinaridade perpassa o projeto de vida e de que forma os professores lidam com esse requerimento, visto que, apesar do caráter interdisciplinar, o projeto ainda se ampara numa formação do indivíduo para outros fins

que não a integralidade pessoal, social e profissional.

## PERCURSO METODOLÓGICO

Em consonância com o objetivo de analisar as percepções de docentes de escolas públicas de Caraúbas acerca da relação entre Projeto de Vida e interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio, a pesquisa insere-se no campo qualitativo. Conforme González (2020), a pesquisa qualitativa abrange diferentes perspectivas e metodologias voltadas à descrição, explicação e compreensão de demandas sociais. O estudo assume caráter descritivo, pois, segundo Gerhard e Silveira (2009, p. 35), “pretende descrever os fatos e fenômenos de determinada realidade”, configurando-se também como estudo de campo, ao realizar coleta de dados diretamente com os participantes (Gerhard; Silveira, 2009).

Como instrumento, utilizou-se a entrevista, considerada a “técnica mais pertinente quando o pesquisador quer obter informações a respeito do seu objeto, que permitam conhecer sobre atitudes, sentimentos e valores subjacentes ao comportamento” (Ribeiro, 2008, p. 141 apud Britto Júnior; Feres Júnior, 2011, p. 239). Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro professores efetivos de duas escolas públicas (zona urbana e zona rural), nos dias 04, 11 e 14 de julho, por

videoconferência, com duração média de trinta minutos. Os participantes foram identificados pelos códigos D1EZU e D2EZR, assinaram termo de consentimento e responderam a cinco perguntas norteadoras,

cujas respostas foram transcritas e analisadas à luz dos conceitos de interdisciplinaridade, da reforma do ensino médio e do Projeto de Vida.

**Tabela 1: Perfil dos professores**

PROFESSORES	FORMAÇÃO	TEMPO DE ATUAÇÃO NA EDUCAÇÃO
D1EZR A	Licenciada em Química Mestra em Energias Renováveis	9 anos
D2EZR B	Licenciado em Letras-Português	3 anos
D3EZU C	Bacharel em Ciências Sociais Licenciado em Artes Visuais Licenciado em Pedagogia Especialista em Gestão Pública Especialista em Educação Musical e Ensino da Arte	22 anos
D4EZR D	Licenciado em História Bacharel em Direito	Menos de 1 ano

Fonte: Elaboração própria.

Os docentes foram selecionados por ministrarem, em suas respectivas escolas, o componente curricular projeto de vida. As áreas de formação são diversas, pois não

compreende critério para ministração do componente. Abaixo, expõe-se as perguntas que nortearam as entrevistas.

**Tabela 2: Entrevista semiestruturada**

Nº	PERGUNTAS
1	Quais suas considerações a respeito da reforma 'novo ensino médio' e a inserção do Projeto de Vida?
2	Qual a sua concepção sobre o Projeto de Vida?
3	De que forma o Projeto de Vida é trabalhado aqui na escola?
4	Para você, o que é interdisciplinaridade?
5	Você considera que esse componente é trabalhado de forma interdisciplinar? Discorra sobre isso.

Fonte: Elaboração própria.

## A ARTICULAÇÃO ENTRE PROJETO DE VIDA E INTERDISCIPLINARIDADE NA PERCEPÇÃO DOCENTE

A fim de investigar a percepção dos docentes do componente curricular projeto de

vida sobre a articulação de sua prática com a concepção de interdisciplinaridade no contexto do novo ensino médio, buscou-se fazer um apanhado geral do que eles pensam a respeito da reforma, delimitando as discussões para o componente e a concepção de interdisciplinaridade. Os professores compreendem áreas diversas de formação,

pois a escolha para ministrar a disciplina se relaciona com a afinidade que se assume sobre o trabalho com o percurso formativo do aluno, além de atender a um perfil de professor dinâmico, flexível e ‘humano’.

Compreendendo a necessidade da formação do aluno em sua integralidade e discutindo a reforma do ensino médio, a professora pontua:

Essas mudanças do novo ensino médio vieram reforçar a necessidade de uma formação integral e articulada aos projetos de vida dos nossos estudantes, ou seja, uma educação que possa fazer mais sentido para o nosso estudante e que ele possa projetar a sua vida ali na escola e não só no que diz respeito à questão acadêmica e profissional, mas de modo geral (Professor A, 2022).

A entrevistada assegura a necessidade de se pensar em uma educação que seja mediada pelas necessidades dos alunos, isto é, uma educação que se relacione com os desejos e aspirações do educando e que o prepare para todos os âmbitos da sua vida, não apenas nos aspectos acadêmicos e profissionais, que são os eixos pelos quais a reforma se assenta. Alinhado a essa noção, o professor B julga interessante “a visão mais humana do currículo”, de modo que discute que é válido tudo aquilo que aumenta as perspectivas futuras do estudante. Nas palavras do professor:

É importante mostrar ao aluno

que ele não precisa, necessariamente, ascender pelas vias que se espera dele, como a acadêmica, ele pode visar o mercado de trabalho, o empreendedorismo e essa reformulação dá espaço para isso (Professor B, 2022).

Nessa fala, é perceptível que, implicitamente, a preparação do aluno para o mercado de trabalho é objetivo primordial, isto é, há uma racionalidade neoliberal, compreendendo, pois, a inserção de projeto de vida que, nesse viés, é o espaço no qual se podem trabalhar e atender a essas demandas. Contrário a essas proposições, os professores C e D asseguram que as reformulações são pensadas numa visão neoliberal, no qual o aluno passa a ser preparado para servir ao sistema capitalista. O professor endossa: “estão preparando os alunos para uma lógica mercadológica, enquanto o país vive com práticas do século passado, ou melhor, do século XIX”, além disso, reafirma que “o novo ensino médio em si é um problema gigantesco, pois é inserido em forma de uma reformulação que não é nova, pois existe há muito tempo”. Nessa linha, destaca-se que

A atual reforma do ensino médio é um ajuste que o neoliberalismo faz para favorecer uma mão de obra mais barata para o mercado de trabalho, o que diz respeito à própria escolha de cursos técnicos, que acelera a inserção nesse mercado (Professor C, 2022).

Nesse aspecto, o professor concebe a disciplina como um espaço para que se

construa um cidadão humano, capaz de reconhecer a si, e aos outros, de modo que coloca como segundo plano o ‘pensar no mercado de trabalho’. Divergindo dessa noção, o professor pontua que “essa disciplina se encontra deslocada, é uma ilha”, pois a inserção desse componente no contexto no qual estamos inseridos, considerando a precariedade das escolas públicas, as altas taxas de desemprego, não permite que os nossos jovens façam uma reflexão sobre o futuro. É pertinente marcar que o professor com menos experiência é o que mais se contrapõe ao modelo. Ele afirma:

A disciplina projeto de vida é lecionada por qualquer professor, o professor não é preparado para isso e o próprio Estado desconhece uma forma de trabalhar esse componente. A inserção dessa disciplina, nesse contexto, é impossível de se trabalhar, pois num país despreparado, numa escola pública desestruturada, não tem como exigir que os nossos jovens reflitam sobre os seus percursos futuros (Professor D, 2022).

Além de falar da subjetividade da nomenclatura que é dada a disciplina e da não possibilidade de execução da proposta, devido a estruturas materiais e pedagógicas, o professor destaca que a disciplina é lecionada por profissionais de áreas distintas sem que exista uma preparação para isso. Ao frisar a não exigência de formação específica e a proposta interdisciplinar que é sugerida, questionamos aos professores sobre o que eles consideram enquanto interdisciplinaridade. O

professor B sugere que “a interdisciplinaridade diz respeito ao trabalho de uma disciplina que dialoga, ao mesmo tempo, com outras”, corroborando com essa concepção, a professora destaca

De forma bem geral e objetiva posso dizer que a interdisciplinaridade é uma prática educacional que busca trabalhar a integração e a junção de conteúdos de diferentes disciplinas ou áreas de conhecimento e através dessa prática, que a gente busca, né, enquanto profissional minimizar as dificuldades do estudante, procurando sempre fazer de uma forma que os conhecimentos de uma disciplina ou de uma área sirvam de complemento, de apoio ao aprendizado de outras disciplinas e de outras áreas (Professor A, 2022).

Nas falas dos professores, é notório que o entendimento da interdisciplinaridade parte da noção de integração entre áreas, de modo que “[...] esta interação pode ir da simples comunicação das ideias até a interação mútua dos conceitos, da epistemologia, da terminologia, da metodologia, dos procedimentos, dos dados e da organização da pesquisa” (Teixeira, 2007, p. 69). Assim, o objetivo primordial é minimizar as dificuldades dos educandos a partir de uma prática que considera as disciplinas e suas especificidades, mas busca o trabalho do conhecimento para além das regiões que as dividem. O professor destaca, ainda, que

A interdisciplinaridade é, antes de tudo, uma nova forma, uma nova

postura de trabalhar alguns temas em sala de aula. Eu compreendo a interdisciplinaridade como uma postura metodológica, como a ampliação da forma que o aluno compreende e apreende problemas sociais. Nós professores não fomos formados para isso, por isso que é difícil trabalhar isso em sala de aula, outro ponto, é que a sociedade é individualizada, então é cada um por si, de modo que é difícil que o professor abra mão do seu planejamento em prol de algo coletivo (Professor C, 2022).

Nas palavras do professor, é evidente que não se trata apenas de um projeto ou de um encontro multidisciplinar, mas diz respeito, sobretudo, a uma nova postura ante a produção de conhecimento, focalizando na formação do aluno para que se comporte diante de determinados problemas sociais. Nesse viés, Fazenda (2014) pontua que a interdisciplinaridade não se refere simplesmente a um método ou a uma receita pronta de um fazer pedagógico, mas a uma nova maneira de enxergar e lidar com o conhecimento. Além disso, coloca-se em destaque a necessidade do autoconhecimento, do diálogo, da subjetividade, isto é, uma postura que se assume sobre o “saber-ser” (Mozena; Ostermann, 2017, p. 103). É pertinente observar, ainda, que ao ser questionado sobre o que considera como interdisciplinaridade, o professor assevera alguns desafios que dificultam a inserção de um posicionamento interdisciplinar no contexto escolar, a exemplo: a individualidade dos professores dentro de suas áreas.

Mediante a especialização, é comum que os professores se sintam ‘donos’ de determinada disciplina por eles ministrada. Contudo, para que se obtenha uma prática que parta das necessidades dos alunos, que objetive uma formação integral, é necessário que as diferentes áreas, bem como os profissionais, dialoguem entre si para que exista uma parceria para que se alcancem os objetivos propostos. Desse modo, retomamos a fala de Fazenda, Varella e Almeida (2013) ao assegurarem que “cinco princípios subsidiam uma prática docente interdisciplinar: humildade, coerência, espera, respeito e desapego” (Fazenda; Varella; Almeida, 2013, p. 853).

Assim, mais do que discutir o que cada profissional compreende sobre o termo, nos interessa apreender de que forma eles consideram que o seu fazer pedagógico no componente curricular projeto de vida toca a interdisciplinaridade, visto que, alinhado à BNCC e aos currículos do Rio Grande do Norte para o Novo Ensino Médio, a disciplina sugere-se interdisciplinar. Nas palavras dos professores observa-se

A gente sempre busca estar em constante diálogo, conversando sobre, buscando realizar projetos que corroborem para isso e essa articulação do projeto de vida com as demais disciplinas é bom demais, para que a gente consiga atingir nossos objetivos. Portanto o foco é sempre o aluno, o projeto de vida do aluno, então é importante que o projeto de vida esteja sempre articulado às demais disciplinas (Professor A)

A disciplina projeto de vida propõe um trabalho interdisciplinar, pois parte do eu até chegar em nós, pois parte das suas experiências para que ele se reconheça como um ser social. Mesmo que seja apenas um professor, o projeto propõe a discussão de temas que compreendem várias áreas do conhecimento, trazendo, inclusive, professores para auxiliar (Professor C).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme evidenciado no decorrer do texto, a reforma do novo ensino médio perpassa o entendimento de tendências político-ideológicas. Apesar de se apresentar como nova, a articulação entre educação e mercado de trabalho não é atual, tal articulação resulta, portanto, na preparação de jovens enquanto mão de obra barata para atender as demandas econômicas que estão postas socialmente. Nesse contexto, se instaura, ainda, o componente curricular projeto de vida enquanto espaço de autoconhecimento e reflexão para os percursos futuros que esses educandos irão trilhar.

Discutindo o viés neoliberal que a proposta assume, objetivamos analisar as percepções de docentes de escolas públicas da cidade de Caraúbas a respeito da relação entre o projeto de vida e a interdisciplinaridade no Novo Ensino Médio, visto que são esses profissionais que lidam diretamente com essas

demandas. Para alcançar o objetivo proposto, realizamos uma entrevista semiestruturada com quatro professores que ministram a disciplina de projeto de vida em duas escolas públicas da cidade de Caraúbas. Dentre os profissionais entrevistados, compreende-se que há uma divisão entre os que tomam a reforma e todas as suas propostas enquanto benéficas para o sistema educacional e os que a entendem numa visão neoliberal. Apesar dessa polarização, no que diz respeito ao projeto de vida, há uma convergência entre os professores de que deve se constituir como espaço para que o aluno se forme integralmente, não limitando-se ao preparo para o mercado de trabalho.

No tocante à concepção de interdisciplinaridade e a articulação com o projeto de vida, eles asseveram que parte do princípio de integração entre as diversas áreas, considerando, para isso, as vivências, experiências e particularidades dos alunos e afirmam que a disciplina tem se articulado dessa maneira. Ademais, entendendo as limitações de nossa pesquisa, em virtude do tempo e da extensão do trabalho aqui explanado, pesquisas posteriores devem ser realizadas, a fim de perceber as percepções dos discentes e dos demais participantes da comunidade escolar.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.415**, de 16 de fevereiro

de 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

BRITTO JÚNIOR, A. F. FERES JÚNIOR, N. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. **Evidência**, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, fev. 2011.

FAZENDA, I. C. A. (org.); GODOY, H. P. (coord.). **Interdisciplinaridade: pensar, pesquisar, intervir**. São Paulo: Cortez, 2014.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (org.). **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GONZÁLEZ, F. E. Reflexões sobre alguns conceitos da pesquisa qualitativa. **Revista Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 8, n. 17, p. 155-183, 2020.

MATOS, D. A. S. JARDILINO, J. R. L. Os conceitos de concepção, percepção, representação e crença no campo educacional. **Educação & Formação**, Fortaleza, v. 1, n. 3, p. 20-31, set./dez. 2016.

MOTTA, V. C.; FRIGOTTO, G. Por que a urgência da reforma do Ensino Médio? **Educação & Sociedade**, v. 38, n. 139, p. 355-372, 2017.

MOURA, D. H.; LIMA FILHO, D. L. A reforma do ensino médio: regressão de direitos sociais. **Revista Retratos da Escola**, v. 11, n. 20, p. 109-129, 2017.

OLIVEIRA, R. A Reforma do Ensino Médio como expressão da nova hegemonia neoliberal. **Educação Unisinos**, v. 24, p. 1-20, 2020.

RAMOS, M. N. Ensino Médio no Brasil Contemporâneo: coerção revestida de consenso no estado de exceção. **Revista Interdisciplinar em Educação e Pesquisa**,

Brasília, v. 1, n. 1, p. 2-11, jan./jun. 2019.

RIO GRANDE DO NORTE. Secretaria de Estado da Educação. **Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar**. Natal, 2021.

SILVA, M. K. **Novo Ensino Médio: das reações contextuais à escola interrompida**. 2018. Dissertação (Mestrado).

TRINDADE, D. F. **Interdisciplinaridade: um novo olhar sobre as ciências**. In: FAZENDA, Ivani (org.). O que é interdisciplinaridade? São Paulo: Cortez, 2008.